

notícias da FEDERAÇÃO

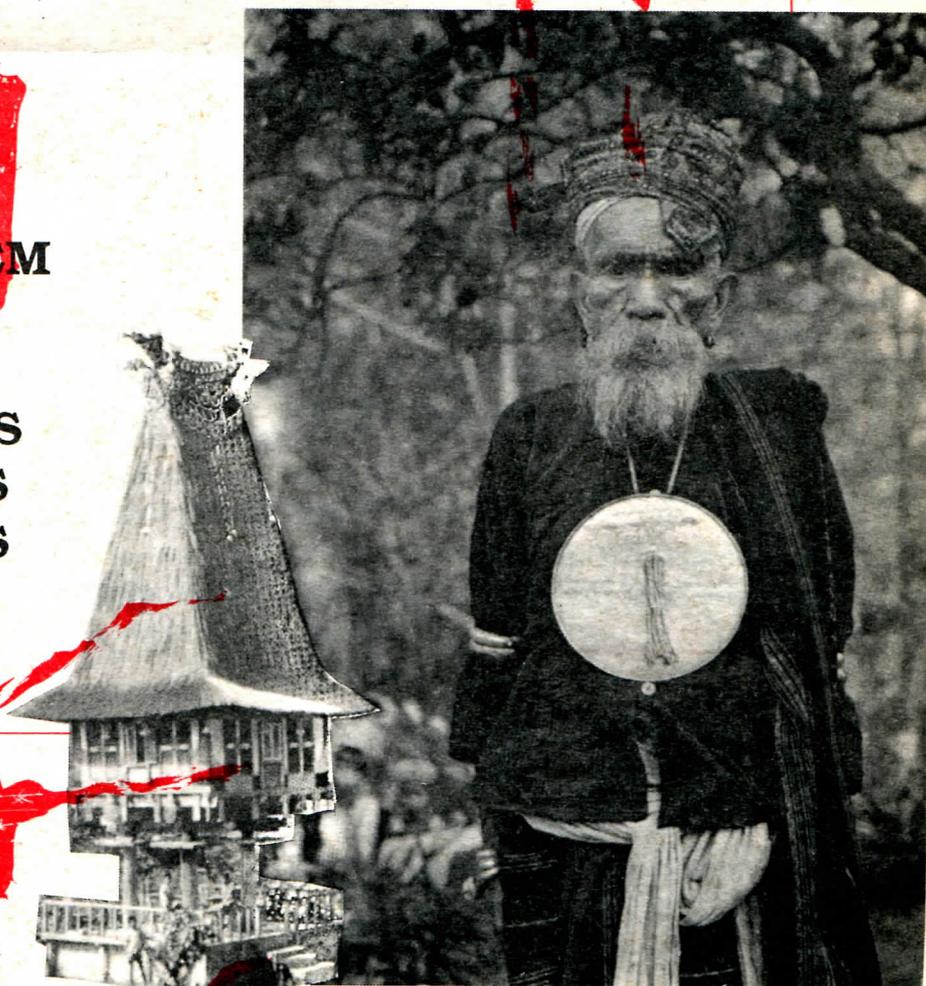


JORNAL DA FNE
ANO VII - Nº 5 - NOVEMBRO/91
PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

Solidariedade

**COM TODOS
OS QUE SOFREM
E LUTAM
EM DEFESA
DOS DIREITOS
DOS HOMENS
E DOS POVOS**



Imo

CONGRESSO DA FNE

Por deliberação do Presidente e sob proposta do Secretariado Nacional, o Congresso da Federação terá lugar em Lisboa nos próximos dias 26 e 27 de Março.

De acordo com o Estatuto da Federação, compete ao Congresso:

* apreciar e votar o relatório de actividades que lhe será submetido pelo Secretariado Nacional,

* discutir e votar o plano de acção sindical para o triénio 92/95 e

* eleger o Presidente, o Secretário Geral, a Comissão Executiva do Secretariado Nacional e a Mesa do Congresso.

EM FOCO :

- Notícias dos Sindicatos
- O ISET -
- respostas aos professores
por Manuela Teixeira
- Notícias da FESAP
- Reunião com o Ministro
- Formas de estar na escola
por Conceição Alves Pinto

Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Proprietário: Federação Nacional dos
Sindicatos da Educação
Directora: Maria Manuela Teixeira
Redacção: Rua D. João IV, 610
4000 Porto
Composição e Impressão: S.P.Z.N
Distribuído por: FNE
Registo na D.G.C.S. Nº 115519

Reuniões do Secretariado Nacional

Em 5 de Novembro realizou-se, no Porto, a reunião do Secretariado Nacional com a presença de representantes de todos os Sindicatos.

O Secretariado

aceitou a filiação do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas, apreciou o teor dos textos finais sobre regulamentação do estatuto que haviam sido acordados com o Governo anterior, tomou conhecimento do pedido de reunião ao novo Ministro, feito pela Secretária Geral, da respectiva ordem de trabalhos proposta e preparou a referida reunião e

definiu a data do próximo Congresso da Federação a propôr ao Presidente da FNE.

Em 7 de Dezembro o Secretariado reúne de novo, em Lisboa, a partir das 9h30, imediatamente antes da reunião do Conselho Geral competindo-lhe preparar essa reunião e perspectivar o trabalho a desenvolver até ao Congresso.

A data desta reunião, coincidindo com o fecho do jornal, não permite dar dela notícias mais detalhadas.

Reunião do Secretariado Executivo

Em 25 de Novembro reuniu no Porto o Secretariado Executivo da FNE tendo em agenda três pontos importantes para que havia sido expressamente mandatado pelo Secretariado Nacional e que serão submetidos ao Conselho geral convocado para Lisboa para o próximo dia 7 de Dezembro:

aprovação da proposta de Orçamento para o ano de 1992, elaboração do regulamento do Congresso da FNE, definição do plano de acção a desenvolver até ao Congresso.

O Secretariado executivo procedeu ainda à preparação próxima da reunião com o Ministro da Educação de que se dá conta nas páginas centrais deste jornal

Conselho Geral

Em 7 de Dezembro, a partir das 15 horas, reúne em Lisboa o Conselho Geral da FNE. Em agenda, para além da habitual análise da situação político-sindical : discussão e aprovação do Orçamento para 1992 e do Regulamento do Congresso.

SOLIDARIEDADE COM TODOS OS QUE SOFREM E LUTAM

Um dos valores permanentes do movimento sindical é o da solidariedade, o da defesa intransigente dos direitos do homem e do cidadão.

Não pode, assim, a FNE ficar indiferente à repressão brutal que sofre o martirizado povo de Timor Leste como não pode assistir sem uma profunda pena à guerra que dizima os povos da Croácia, da Sérvia e da Eslovénia.

A falta de respeito pelos direitos dos povos à auto-determinação, a forma como se dizimam vidas humanas neste final do século XX, são factos extremamente preocupantes para todos quantos olham o mundo com um sentido fraternal.

Como profissionais da educação e como cidadãos que optaram pelo compromisso de solidariedade que supõe uma filiação sindical, temos o dever de condenar os atentados contra os direitos dos homens e dos povos e de fazer compreender às crianças e aos jovens com quem convivemos que nos urge a todos cultivar sentimentos de paz e de respeito mútuo.

Esta jornal vai chegar aos mãos dos professores em plena quadra natalícia. A todos desejo um feliz NATAL e que o ano de 1992 nos traga a todos a PAZ de que o mundo tanto necessita.

1992 será o ano do nosso 3º Congresso. Ele deve ser a ocasião de uma profunda reflexão sobre o trabalho já realizado e, também, sobre os desafios que se colocam para o futuro à nossa Federação.

Que 1992 seja, assim, para todos os profissionais da educação - docentes e não docentes - que constituem a grande família da FNE, um ano rico de trabalho em comum e marcado por preocupações profundas de solidariedade com todos os que sofrem e lutam por uma paz construída sobre a dignidade das pessoas e dos povos.

Manuela Teixeira

FORMAS DE ESTAR NA ESCOLA

por C. Alves Pinto

A dinâmica das nossas escolas não pode ser compreendida sem ter em conta a forma de estar dos professores nessas mesmas escolas.

Iremos abordar esta problemática tentando evitar o discurso normativo, com o objectivo de elucidar o que está em questão nas várias formas de estar nas organizações. Com efeito estas formas de estar podem ser vistas como decorrendo de satisfação ou descontentamento de cada membro em relação à organização de que faz parte.

A ESCOLA COMO SISTEMA DE ACÇÃO

Durante muito tempo a sociologia em geral e a sociologia das organizações em particular evitou tomar em consideração o conceito de acção.

Ao pretender descrever o que acontecia nas organizações houve duas tendências reducionistas e simplistas:

* uns admitiam que as decisões seriam tomadas independentemente das situações;

* outros defendiam que os membros das organizações estavam condenados a não agir senão na lógica dos condicionamentos a que estavam sujeitos.

Actualmente reconhece-se que a compreensão do que se passa nas organizações tem de tomar em consideração as acções dos seus membros, ou seja os seus comportamentos intencionais (1). Com efeito a acção dos membros de uma organização desenvolve-se sempre no interior de um sistema de constrangimentos, mais ou menos claramente definidos, mais ou menos transparentes para a própria pessoa (2)

COMPREENSÃO DA FORMA DE ESTAR NAS ORGANIZAÇÕES

A compreensão da forma de estar, de uma pessoa, numa

organização supões pormo-nos no seu lugar para perceber a lógica da sua forma de actuar.

Para compreender a forma de estar numa organização, de um dos seus membros, há que considerar:

1 - As intenções e mais geralmente os objectivos desse membro da organização;

2 - Os meios de que ele dispõe ou crê dispôr; assim como

3 - A avaliação que esse membro da organização faz destes diferentes meios

A Escola é uma organização social, cuja realidade se actualiza em jogos complexos de interacção entre aqueles que são seus membros. Ora as interacções sociais que tomam forma no contexto de uma organização, como é o caso da escola, revestem uma dupla dimensão de cooperação e de controle social. Com efeito, para que uma organização leve a bom termo as suas finalidades importa que os membros que a compõem participem à prossecução dessas finalidades - COOPERAÇÃO - e que aceitem determinadas regras de jogo implícitas e explícitas - CONTROLE SOCIAL.

A sociologia das organizações tem sobejamente mostrado que nem a cooperação dos membros de uma organização acontece sem problemas nem o controle social que é exercido sobre os seus

membros é total (3).

COOPERAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DE UMA ORGANIZAÇÃO

Por definição, a cooperação acontece quando várias pessoas contribuem para a prossecução de determinados objectivos. No entanto a cooperação dos membros de uma organização põe problemas de várias ordens.

Em primeiro lugar a definição dos objectivos de uma organização, como é o caso da escola, está longe de ser um processo simples. Há vários níveis de definição dos objectivos e a interpretação que os membros da organização fazem desses mesmos objectivos pode ser, por vezes, contraditória.

Em segundo lugar, todo o membro de uma organização, tem objectivos pessoais que vai prosseguir. Estes objectivos pessoais podem articular-se de formas muito diferentes com os objectivos da organização. Alguns desses objectivos podem ser convergentes, outros divergentes, dos objectivos da instituição. Alguns podem ser conciliáveis e outros ainda contraditórios com os objectivos da organização.

É de supor que a forma de estar de um professor na escola não seja indiferente à dinâmica que se

(Cont. na p. 14)

ISET - RESPOSTAS AOS PROFESSORES

O Instituto Superior de Educação e Trabalho é já um êxito entre os professores apesar de não ter, ainda, dado mais do que os primeiros passos. O investimento que a nossa Federação fez na criação e no lançamento do ISET, a resposta entusiasta que os professores lhe têm dado e as muitas interrogações que, ainda, se lhes colocam justificam que "Notícias da Federação" tenha decidido colocar algumas questões à Secretária Geral da FNE. São as respostas de Manuela Teixeira que queremos hoje levar ao conhecimento de todos. Esperamos ter posto as perguntas que cada um a si próprio já colocou. Se não for esse o caso os colegas podem-nos enviar as suas questões. Prometemos ir, novamente, ouvi-la sobre elas.

Notícias da Federação (N.F.) : *Gostava que nos explicasse como surge a ideia do ISET.*

Manuela Teixeira (M.T.) : A nossa Federação, e os seus sindicatos membros polarizaram toda a sua acção, nos primeiros anos da sua existência, na luta por melhores salários (não se esqueça de que os professores ganhavam muito mal não só em termos absolutos mas também em relação a outras categorias profissionais) e na luta por segurança e estabilidade de emprego. Resolvidos os principais (que não todos) os problemas que os professores sentiam a nível de salários e de estabilidade, a FNE quis ir mais longe: quis responder às necessidades sentidas pelos professores ao nível da sua auto-realização. Os desafios que se colocam aos docentes, numa época de rápidas transformações tecnológicas, científicas, culturais e até políticas, exige de cada um deles um forte investimento na sua própria formação permanente. Para nós, na FNE, a formação contínua perfila-se não só como um dever mas, sobretudo, como um direito e uma necessidade. E foi, exactamente, para dar resposta a esta necessidade dos professores que a FNE sonhou o ISET e que ele começa a ser já uma realidade.

N.F. : *Já saíram múltiplas notícias no nosso jornal sobre a forma como o ISET se organiza. Gostaria, contudo, que nos explicitasse as grandes opções que tomaram para o ISET.*

M.T. : Fizemos, naturalmente opções a vários níveis que vou procurar explicar. Em primeiro lugar, ao nível dos colaboradores: procuramos ter um conselho científico que reunisse nomes importantes no campo científico e que, tanto em termos de especialidades como em termos geográficos, fosse muito plural. Só para me referir à questão geográfica, recordo-lhe que temos professores universitários de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Évora e Ponta Delgada, para além de contarmos com o Presidente do Instituto Politécnico da Guarda. O João Raimundo é, não só o Presidente da Fe-

deração mas também, um representante de peso do Ensino Politécnico já que preside a um Instituto que tem uma magnífica organização e que se criou a partir do nada numa cidade do interior.

Ao nível da estruturação dos cursos pretendemos, por um lado, conjugar formação teórica com formação prática e, por outro lado, garantir sequencialidade às acções de formação organizando os cursos em unidades capitalizáveis podendo, em determinadas circunstâncias, conduzir à obtenção de novos graus e, por último, conjugar a formação através de acções de formação recebida (durante a primeira parte do percurso de formação) com uma formação através da prática da investigação, a decorrer numa segunda parte. Esta termina para o professor com a sua aposentação.

N.F. : *Das suas palavras posso concluir que o ISET vai dar graus académicos de licenciatura, mestrado e doutoramento?*

M.T. Pode mas deve ter em conta duas importantes limitações. A primeira reporta-se à legislação em vigor que não permite que nenhuma Instituição conceda graus académicos sem terem passado alguns anos sobre a sua constituição; em segundo lugar, a nossa lógica é uma lógica de formação contínua, não de formação inicial, ou seja, não vamos ministrar uma formação rápida, em anos lectivos inteiros e consecutivos. Com estes condicionalismos, é possível obter novos graus académicos através dos cursos do ISET desde que os alunos do Instituto, em determinada altura, já adiantada, do seu percurso de formação, a tal se candidatem e o Conselho Científico emita sobre essa candidatura parecer favorável. Assim dir-lhe-ia que aqueles colegas que pretendem, a curto prazo, obter um DESE, fazer um Mestrado ou um Doutoramento fazem melhor em procurar as universidades ou politécnicos da rede pública. Mas os professores que estão especialmente preocupados com a formação contínua têm toda a hipótese de, um dia, se poderem candidatar, no ISET, à obtenção de novos graus.



SPZN

O SPZN reuniu, no passado dia 12, a Comissão Directiva e os Coordenadores dos Secretariados Regionais para fazer a análise da situação sindical e para perspectivar o trabalho a realizar até ao final do primeiro trimestre deste ano lectivo .

A listagem das questões que mais preocupam os professores foi a grande prioridade desta reunião. Assim, a progressão na carreira em Janeiro de 1992, o problema dos professores contratados dos diferentes níveis de ensino e o desajustamento dos indices do 7º escalão foram algumas das questões que se colocaram.

Estas são questões com as quais a FNE se tem preocupado e para as quais tem procurado encontrar uma solução rápida e eficaz. Da gravidade da situação de não regulamentação do Estatuto da Carreira Docente têm sido alertados os professores, assim como o Governo.

Discutido foi, ainda, o pedido urgente de reunião de trabalho com o novo Ministro da Educação que se considera vital para a resolução destas questões.

No balanço do trabalho realizado até ao momento constatou-se que a maioria das escolas das diversas regiões foram já visitadas, tendo-se alterado placards e contactado pessoalmente com os professores. Uma campanha de dinamização e sindicalização está em curso e os resultados colhidos têm sido muito positivos.

O próximo Congresso da FNE foi objecto de reflexão. Assim, os Coordenadores começaram já a preparar as acções a levar a cabo para a eleição dos delegados ao Congresso.

Relacionada, ainda, com a eleição dos Delegados ao Congresso da FNE foi feito um primeiro estudo, com os Coordenadores, do Regulamento da Eleição dos Delegados da Zona Norte que será presente no próximo dia 14 de Dezembro ao Conselho Geral do SPZN que entretanto reúne.

No que respeita à formação o Centro de Formação Profissional do SPZN vai continuar a realizar seminários sobre "Currículo e Relatório Crítico", que tanto interesse têm despertado junto dos professores.

Estão previstos desde já e em função das inscrições já realizadas (cerca de 2500 neste momento), quatro Seminários. O primeiro realiza-se no Porto nos dias 3 e 4 de Dezembro a parte teórica, sendo a prática marcada em data imediatamente posterior.

Entretanto e, procurando apetrechar os diversos Secretariados Regionais, tem-se vindo a formar monitores na área prática do referido seminário, estando toda a Zona Norte, neste momento, já razoavelmente coberta. Contamos com 32 monitores já formados. Uma função complementar destes monitores será a do apoio aos professores entretanto formados.

OS SINDICATOS MEMBROS DA FNE

SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte

SPZC - Sindicato dos Professores da Zona Centro

SDPGL - Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa

SDPSul - Sindicato Democrático dos Professores do Sul

SDPMadeira - Sindicato Democrático dos Professores da Madeira

SDPAçores - Sindicato Democrático dos Professores dos Açores

SPCL - Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas

SINDLEP - Sindicato dos Delegados e Subdelegados Escolares

STAAE-Zona Norte - Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares da Educação da Zona Norte

STAAE-Zona Centro - Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares da Educação da Zona Centro

STAAESul e Regiões Autónomas - Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares da Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

A FNE PRETENDE MELHORAR A SITUAÇÃO DOS LICENCIADOS

A situação dos professores licenciados que não desejam realizar a candidatura ao 8º escalão e portanto se mantêm no 7º tem sido uma preocupação da FNE.

A Federação entende que os professores licenciados, neste caso, ficam numa situação de injustiça relativa uma vez que concluirão a carreira ao mesmo nível que os professores bacharéis. Por isso, a FNE elaborou uma proposta, que acompanhou de uma análise de custos, para negociar com o Governo. Esta proposta foi já discutida com o anterior Ministro da Educação, Roberto Carneiro, e com a Secretária de Estado do Orçamento, Manuela Ferreira Leite.

A FNE bater-se-á e envidará todos os esforços para que a proposta, que a seguir se transcreve seja aprovada no âmbito da Regulamentação do Estatuto da Carreira Docente.

TOPO DA CARREIRA DOS PROFESSORES LICENCIADOS QUE NÃO SE CANDIDATEM AO 8º ESCALÃO

P R O P O S T A

O estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário institui uma carreira única em que se cria uma diferenciação segundo a formação académica dos docentes. Assim, bacharéis e licenciados iniciam a carreira diferentemente e o escalão do topo é também diferente (9º para os bacharéis e 10º para os licenciados).

Estabelece, porém, o Estatuto um patamar de especial dificuldade na passagem do 7º para o 8º escalão, prevendo-se que os professores que não ultrapassem essa barreira progridam

no 7º escalão de forma automática de 3 em 3 anos.

Acontece que:

1º - os licenciados chegam mais cedo ao 7º escalão do que os bacharéis;

2º - prevêm-se o mesmo número de posições laterais para uns e outros.

Daqui decorre que:

3º - licenciados e bacharéis podem, em iguais circunstâncias, acabar a carreira ao mesmo nível esbatendo-se as diferenças decorrentes de formações diversas.

Esta situação, que tem criado grandes desencantos entre

os professores licenciados, merece ser reconsiderada.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação propõe que se produza legislação bastante que permita:

- a criação de mais dois índices no 7º escalão, destinados exclusivamente a professores licenciados, a atingir de 2 em 2 anos, depois do último indicado e com os seguintes valores: 255 e 270;

- os professores que em 31 de Dezembro de 1989 possuísem 25, 26, 27 ou 28 anos de serviço transitam ao 5º índice do 7º escalão em 1993.

FNE REUNE PELA PRIMEIRA VEZ

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) reuniu ontem, dia 27 de Novembro com a equipa do Ministério da Educação. Em agenda um vasto leque de questões : desde a regulamentação do estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, aos estatutos das carreiras dos professores dos ensinos universitário e politécnico e às carreiras dos técnicos, administrativos e auxiliares de educação. A reunião decorreu num clima de grande abertura e diálogo que abre boas perspectivas sobre o futuro relacionamento entre a FNE e a nova equipa da educação.



FNE APRESENTA AO GOVERNO CINCO PESADOS DOSSIERS

Tendo em vista dar maior eficácia a esta primeira reunião e, sobretudo, contribuir para que as futuras reuniões possam decorrer em curto espaço de tempo, a Federação entregou ao Minis-

tro cinco dossiers em que se encontram reunidos todos os projectos negociais em curso: três dos dossiers dizem respeito à regulamentação do estatuto da carreira docente (o primeiro contém as matérias que foram objecto de acordo com a anterior equipa ministerial, capeados pela respectiva acta com que se concluíram as negociações, o segundo reporta-se a matérias sobre as quais existem propostas da anterior equipa e as respectivas contrapropostas da FNE e o terceiro corresponde aos textos relativos à formação contínua de professores), o quarto dossier contém os projectos referentes às carreiras dos professores dos ensinos universitário e politécnico, cujas negociações se encontram interrompidas há mais de um ano, e o dossier nº 5 diz respeito ao estatuto dos professores de português no estrangeiro.



COM A NOVA EQUIPA DA EDUCAÇÃO

URGÊNCIA PARA ALGUMAS QUESTÕES DE REGULAMENTAÇÃO

A FNE recordou ao Ministro da Educação que a progressão em carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário corre risco de bloqueamento a partir do próximo dia 1 de Janeiro se até essa data não forem regulamentadas duas importantes matérias: a que se reporta à avaliação de desempenho e a que regulamenta o acesso ao oitavo escalão.

A FNE reivindicou, assim, uma negociação urgente destas matérias por forma a que os respectivos diplomas estejam publicados até 31 de Dezembro e comunicou ao Ministro da Educação o seu entendimento de que os professores que têm direito a mudar de escalão no próximo dia 1 de Janeiro devem ser dispensados de qualquer formalidade para essa progressão uma vez que não devem ser prejudicados pela incapacidade demonstrada pelo Governo ao não ter regulamentado atempadamente estas matérias.

MELHORIA DA SITUAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS

Acompanhada de uma estimativa de custos, a FNE apresentou à nova equipa da educação uma proposta de melhoria da situação em carreira dos professores licenciados que optem por não apresentar candidatura para acesso ao oitavo escalão.

Esta proposta (1), que foi já objecto de uma negociação informal com a Secretária de Estado do Orçamento na vigência do anterior Governo, deve, na perspectiva da Federação, ser considerada em simultâneo com a regulamentação do referido acesso dos professores ao oitavo escalão.

Nesta reunião foi, ainda, debatido um vasto leque de outras questões tendo-se acordado na utilidade de reuniões periódicas em que se faça um balanço da acção realizada e se possam encontrar novos ritmos negociais quando for considerado necessário. Ficou, entretanto, prevista a realização de uma nova reunião para negociar as matérias urgentes a que já nos referimos.

(1) - Publicada na pág. 7 deste jornal



A VIDA NOS SINDICATOS MEMBROS DA FNE



SDPSul

Aquisição de Habitação

O Sindicato Democrático dos Professores do Sul prosseguindo os objectivos definidos estatutariamente e concretizando um dos objectivos que se propôs atingir, lançou uma nova iniciativa conducente ao desenvolvimento do processo de aquisição de habitação para sócios do SDPSul e respectivos familiares.

Ultrapassada uma primeira fase de auscultação aos associados e feito o levantamento do interesse dos mesmos nesta iniciativa, desenvolveram-se, no final de Novembro e primeira semana de Dezembro, reuniões de esclarecimento sobre este assunto.

Consciente do problema habitacional e das suas consequências na estabilidade do corpo docente, o SDPSul continuará a desenvolver contactos com diversas instituições e organismos por forma a garantir aos associados a aquisição, em condições benéficas, de casa própria.

Assembleia Geral do SDPSul - realizou-se no passado dia 29 de Novembro, uma reunião da Assembleia Geral do Sindicato.

Nesta reunião foi apresentado o plano de actividades e orçamento para o ano de 1992, merecendo particular realce a definição de objectivos prioritários

para a acção do SDPSul.

Dando especial ênfase à expansão e implantação sindical, à formação e à informação e prestação de serviços aos associados, o plano de actividades do SDPSul resulta da definição do binómio orientador da acção a desenvolver - **Melhorar / aumentar**.

Das intervenções realizadas na Assembleia Geral, sobressaiu a ideia de que o passo decisivo, para o fortalecimento e implantação do Sindicato, terá de ser dado tendo em linha de conta que uma qualquer organização sindical só tem razão de ser e existir quando revela capacidade de resposta perante as solicitações do universo a que se dirige.

Próximas actividades do SDPSul

- O Sindicato promoverá, a partir do início do 2º período, um conjunto de reuniões de âmbito local e concelhio, para análise da situação político-sindical e levantamento de opiniões sobre o processo de regulamentação do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Não Superior.

O calendário das reuniões será dado a conhecer, aos professores e escolas, através do próximo número da folha "INFORMAÇÃO".



SINDLEP

• No dia 6 de Dezembro reuniu o Conselho Coordenador do SINDLEP, em Coimbra.

Da Ordem de Trabalhos destacamos a apresentação, discussão e votação do Orçamento para 1992 e a análise político-sindical.

Na análise sindical, os conselheiros foram informados nomeadamente dos contactos havidos com a nossa equipa do M.E..

Os colegas devem, caso pretendam tomar conhecimento deste e de outros assuntos, contactar os seus delegados distritais.

• Os sócios continuam a colocar-nos questões, com especial destaque para o momento de aposentação e o respectivo escalão de vencimentos.

As nossas respostas baseiam-se, como é nor-

mal, no que está legislado no E.C.D..

Sobre a aposentação obrigatória por limite de idade.

Artigo 118º e 121º o SINDLEP resolveu **pedir um parecer escrito** à D.G.A.E.. Isto porque entendemos que não pode ser cada um a decidir por si em cada distrito.

Logo que tenhamos mais informações, elas serão publicadas no nosso Boletim Informativo.

• Cursos do ISET - Instituto Superior de Educação e Trabalho.

A todos os que nos têm pedido informações, remetemos para o Boletim Informativo de Dezembro.



SDP Madeira

No início deste ano lectivo, mais propriamente no 1 de Outubro reuniu a Comissão Directiva do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira com a Imprensa Regional tendo por objectivo a divulgação do seu plano de acção para o ano lectivo de 91/92 enquadrado no plano trienal de actividades aprovado em Congresso, bem como para analisar o lançamento do ano lectivo na RAM.

Em relação ao plano de acção destacámos três grandes linhas:

- 1 - Acção Reivindicativa.
- 2 - Formação contínua de professores.
- 3 - Apoio aos sócios.

1 - Neste âmbito demos destaque a necessidade urgente da completa regulamentação do E.C.D. na qual o S.D.P. da Madeira se encontra verdadeiramente empenhado pois são vários os professores que neste momento estão ainda a ser prejudicados.

2 - Para além das acções já noticiadas realizou

este Sindicato uma acção destinada às Educadoras de Infância que versou "Novas Técnicas no desenvolvimento da criança no Jardim de Infância".

3 - No apoio aos sócios conseguimos negociar com várias casas comerciais bem como com alguns serviços que nos concedem descontos e outras regalias.

Porque um dos grandes problemas que afligem a RAM é necessariamente "os professores e a habitação", lançamos a nossa Cooperativa de habitação "FLAPRO" cujos os estatutos estão aprovados.

Durante os meses de Novembro e Dezembro temos vindo a desenvolver um conjunto de acções de expansão sindical, percorrendo todas as escolas do concelho do Funchal. Nestas acções a participação dos professores tem sido muito grande e sua adesão aos nossos ideais sindicais muito significativa.



STAAE Zona Norte

STAAE-ZN, vai realizar no próximo dia 30 de Novembro de 1991, pelas 14H30 uma reunião do seu Conselho Geral, na sede provisória do Sindicato, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação do Plano de Acção da Direcção;
- 2 - Aprovação do Relatório de Actividades;
- 3 - Aprovação das Contas e Balanço de 1989/90;
- 4 - Aprovação do Orçamento para 1992;
- 5 - Eleição dos Membros da Comissão Fiscalizadora de Contas;
- 6 - Eleição dos Membros da Comissão Disciplinar;
- 7 - Informações Gerais.

Na sequência da necessidade sentida e expressa pelos seus associados o STAAE-ZN, irá promover cursos de Acção de Formação ao pessoal não docente, ministrados por técnicos devidamente qualificados, tendo em vista:

- Promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento de conhecimentos e aptidões dos funcionários para o desempenho das tarefas que lhes cabem no âmbito das suas funções;

- Sensibilizar e motivar os funcionários para atitudes de reflexão sobre o comportamento humano;

- Inserção de todo o pessoal no processo educativo da "ESCOLA";

- Relações humanas com especial destaque o relacionamento com os "ALUNOS".

Os cursos a promover, são os seguintes:

- Faltas e Licenças;
- Estatuto Disciplinar;
- Auxiliar de Laboratório;
- Técnicos de A.S.E. e Ecónomos;
- Orçamentos Privativos;
- Intervenção do Pessoal não Docente na acção Educativa;
- Informática - Manuseamento do Programa "AE" da DGAE.



SDPGL

O SDPGL tem norteado a sua acção por três grandes apostas que são outras tantas características da sua identidade sindical : informação, dinamização, formação.

No campo da **informação** o SDPGL tem investido na notícia sobre a hora não se poupando a esforços para manter os seus associados ao corrente de todas as iniciativas do Sindicato e de todas as acções desenvolvidas pela FNE, com particular relevo para as reivindicações, conquistas e reuniões que a Federação mantém com o Governo. Para levar mais longe a sua política de informação, o Sindicato iniciou no mês de Novembro a edição de um jornal bimensal que levará a cada associado a presença do seu Sindicato nos meses em que se não edita o jornal da FNE.

No campo da **dinamização**, os dirigentes do SDPGL multiplicam-se em visitas às escolas,

plenários e reuniões de esclarecimento abertas a os professores da sua área de influência. Estar sempre em diálogo com os docentes é uma das preocupações que norteiam a nossa acção.

No campo da **formação**, o SDPGL tem-se preocupado em dar resposta às grandes preocupações dos professores. Estão já marcados, para o mês de Janeiro, um curso de formação sobre relatório crítico e currículo profissional (partes teórica e prática) e, entre Fevereiro e Junho, um curso de 60 horas sobre Administração Escolar. O investimento que o SDPGL tem feito nesta área justifica que alguns lhe tenham já chamado o Sindicato da formação.

As apostas do SDPGL têm tido uma resposta extremamente positiva no modo como cada dia um número maior de professores acredita nesta estrutura sindical fazendo dela o seu grupo de pertença.

STAE STAAE Sul e Regiões Autónomas

O Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas pediu recentemente a adesão à FNE tendo sido aceite na última reunião do Secretariado Nacional.

Da Comissão Coordenadora deste Sindicato fazem parte os seguintes elementos:

Coordenador - Manuel Cássio - DGEE

Coordenador Adjunto - Carolina Sousa - Escola Secundária Pedro Nunes
- Elsa Agostinho - DGEE

Vogais - Catarina Galhardos - Escola Secundária Ferreira Dias

- Emerenciana Cardoso - Escola Preparatória Nuno Gonçalves
- Georgina Paixão - Escola Secundária Pedro Nunes

- Heloísa Trindade - Escola C+S Camarate
- José Fernandes - Escola C + S Francisco Arruda
- Maria Isilda Camilo - Direcção Escolar de Lisboa
- Maria Paula Brito - Escola Preparatória de Alverca
- Maria Teresa Elias - Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
- Pureza Pereira - Escola Secundária Pedro Nunes

Foram, entretanto, criados grupos de trabalho dentro da Comissão Coordenadora aos quais foram confiados os seguintes departamentos:

Dinamização e Expansão; Acção Reivindicativa; Informação, Divulgação e Marketing e um Secretariado e Sector de Administração.

A VIDA NOS SINDICATOS MEMBROS DA FNE



SPZC

Dinamização

Durante o 1º trimestre do ano lectivo de 1991-92, o Sindicato dos Professores da Zona Centro está a promover reuniões sindicais em todos os concelhos e Escolas da Zona Centro, focalizando sobretudo a regulamentação do Estatuto da Carreira Docente.

Formação

Continuam a decorrer, nos distritos de Castelo Branco e Guarda as Acções de Formação subordinadas ao tema "Currículo e Relatório Crítico - parte prática", para os professores que já frequentaram a parte teórica.

A Direcção do SPZCentro apoiada no Instituto Superior de Educação no Trabalho (ISET),

pretende, a breve trecho, alargar a temática das Acções de Formação ao dispôr dos professores.

O SPZCentro em conjunto com a InforBeja colocou à disposição dos seus associados, Cursos de Formação em Informática Aplicada no Ensino, a decorrer neste 1º trimestre, nos distritos de Castelo Branco e Coimbra.

Benefícios

Continuamos a apostar no apoio social aos associados, já traduzido - com sucesso - no Seguro de Saúde negociado em Janeiro de 1991 com a Companhia de Seguros Global.



SDP Açores

O SDPAçores no âmbito da sua campanha de sindicalização e divulgação esteve na passada semana nas ilhas do Faial e Pico. Num trabalho exaustivo percorreu as várias Escolas dos vários ciclos de ensino levando a sua mensagem, as suas propostas.

A semente foi lançada, espera assim que após o amadurecimento da mesma possa recolher os frutos de tão alargada sementeira.

É já uma realidade o boletim sindical que publicamos com a designação de "Espaço Informativo" cujo 1º número saiu este mês de Novembro.

É um meio de comunicação com os professores nas suas escolas e no qual se pretende levar em linhas gerais de actuação as diversas actividades desenvolvidas ou a desenvolver pelo SDPAçores.

É de salientar neste 1º arranque o aparecimento de um espaço legislativo, áreas pretendidas

para formação a nível regional bem como a nível nacional através do ISET, revelando a participação do Dr. Mariano Alves, professor da Universidade dos Açores.

"O ESPAÇO INFORMATIVO" também informa os sócios da pretensão de promover cursos de Introdução à Micro-Informática nos concelhos mais distantes de Ponta Delgada, como também em outras ilhas do arquipélago.

É de referir a regionalização da cooperativa de Habitação UGTIMO cuja designação aparece como UGCOOPLAR, e para a qual já estão elaborados os Estatutos.

O SDPAçores na permanente preocupação de satisfazer os seus associados em várias áreas tem em mãos um estudo de seguro de grupo que provalmente arrancará em Janeiro de 1992.

FORMAS DE ESTAR NA ESCOLA

(Cont. da p. 4)

possa estabelecer entre os objectivos pessoais e os objectivos da escola (nas suas dimensões latentes e manifestas). É compreensível que uma maior cooperação entre os membros da organização seja conseguida quando os objectivos pessoais dos professores, embora podendo não ser idênticos, se revelem convergentes com os da organização de que fazem parte. Pelo contrário se o professor sentir que existe contradição e mesmo oposição entre os objectivos da escola em que trabalha e os seus interesses, naturalmente que a sua cooperação com os outros membros da organização será profundamente efectuada.

Mas a forma de estar na escola vai depender também da aceitação, por parte do professor, das regras de jogo institucionais, através das quais se exerce o controlo social da organização.

CONTROLE SOCIAL DOS MEMBROS DE UMA ORGANIZAÇÃO

Toda a organização é dotada de uma cultura que é constituída por um conjunto partilhado de crenças, atitudes e orientações. A cultura de uma organização permite dispor de um conjunto de normas mais ou menos explícitas que regulam as interacções dos membros da organização. Sabe-se assim o que é desejável, o que é permitido, tolerado ou proibido; o que se deve fazer e as consequências dos desvios não tolerados. Este conjunto normativo foi gerado e é alterado na dinâmica das interacções entre os membros da organização. Com ele se assume um acordo sobre os comportamentos desejados e se asseguram mecanismos para reforçar esses mesmos

comportamentos desejados (4).

Importa salientar que a pertença a uma organização, assim como toda a acção social supõe um certo nível de conformidade. Noutros termos é suposto que o comportamento dos membros de uma organização não se desvia desmedidamente das expectativas que sobre ele repousam.

Como R. BOUDON nos chama a atenção importa distinguir "conformidade" de "conformismo" (5). A conformidade permite assegurar um mínimo de previsibilidade, em que os membros de uma organização não estão constantemente confrontados com comportamentos totalmente surpreendentes dos outros membros.

"A exigência social de conformidade não se confunde com a obrigação feita ao indivíduo de se tornar indescernível do "tipo" social. Ela conduz à aceitação e ao respeito (tomando esta última palavra no sentido moral) das regras de jogo, afim de estabelecer uma reciprocidade entre contribuições e retribuições dos diferentes actores" (6).

Noutros termos, existe aceitação e respeito pelas regras de jogo estabelecidas, apesar das margens de manobra que sempre subsistem para todo o membro de uma organização. Pelo contrário, o conformismo traduzir-se-á numa imposição estrita de um determinado "tipo social", em que os membros não terão margem de manobra.

LÓGICA DAS DECISÕES NUMA ORGANIZAÇÃO

Situamo-nos numa perspectiva que considera que as pes-

soas, numa organização, fazem os cálculos das vantagens, custos e riscos de cada decisão. Nesta perspectiva considera-se que cada indivíduo pesa (calcula, avalia) as vantagens (ganhos) as desvantagens (custos e riscos) das suas opções e escolhe a que se lhe apresenta como mais interessante (gratificante). Esse interesse ou gratificação decorre, para cada indivíduo e para cada situação concreta, de critérios que podem variar fortemente, como sejam critérios de facilidade, de novas oportunidades abertas, de eficácia, etc..

A forma de estar nas instituições pode ser posta em relação com a satisfação ou insatisfação que releva da interacção entre o pessoal e o social. Com efeito a forma de estar numa organização tem de ser perspectivada em referência às relações sociais concretas que se actualizam entre pessoas situadas em sistemas de interacção concretos. As noções de custos riscos e vantagens - que nesta perspectiva não são estranhas à satisfação ou insatisfação ressentida nas organizações - têm de ser entendidas em sentido lato e de modo algum restrito à perspectiva exclusivamente económica.

A satisfação pode ser compreendida como um saldo no sentido das vantagens enquanto que a insatisfação corresponderá a um desequilíbrio para o lado de um acréscimo de custos e/ou riscos.

Pode supor-se que a pessoa que ressinta a sua participação na organização como não gratificante tente re-estabelecer uma equação que lhe agrade (ou pelo menos não lhe desagrade) entre vantagens/custos dessa participação.

FORMAS DE ESTAR NA ESCOLA

TIPOLOGIA DAS FORMAS DE ESTAR NA ORGANIZAÇÃO

Numa organização fácil é de ver que a forma de conjugar a cooperação e o controle são fundamentais para compreender a realidade específica dessa organização. No fundo é face a essa conjugação que os membros da organização vão decidir pela forma de estar na organização. A partir de G. BAJOIT propomos a seguinte tipologia de formas de estar nas organizações (7).

		CONTROLE SOCIAL	
		consolidado ou reproduzido	questionado ou suprimido
COOPERAÇÃO	conservada ou melhorada	Lealdade ou participação convergente	Protesto ou participação divergente
	deteriorada ou suprida	Apatia	Abandono

Um professor que aceite as regras de jogo da instituição em que se situa e que invista na cooperação com os outros membros da escola para assegurar um bom funcionamento, fará parte daqueles que revelam lealdade. Não significa necessariamente que estará de acordo com tudo. É de prever que, se está muito investido na participação possa mesmo ter muitas ocasiões para discordar. Significa, isso sim que os desacordos que eventualmente expressará procuram a prossecussão dos objectivos da organização. Estes professores encontram, algures, convergência entre os seus objectivos pessoais e os objectivos da organização.

Outra pode ser a situação de professores que, contestam as próprias regras de jogo institucionais, assistindo-se a divergências entre os objectivos organizacionais e os objectivos pessoais. Esses situam-se em formas de estar que Bajoit chama de protesto, e que revelam uma participação divergente dos objectivos organizacionais.

Os professores que, não pondo em questão as regras de jogo, desinvestem da cooperação com os

outros membros da organização, optam por uma modalidade de estar na escola que revela atitudes de apatia. Não questionam o controle social que aí é exercido mas também reduzem ao mínimo estritamente necessário a sua cooperação.

Por fim quando um professor tende a suprimir totalmente a sua cooperação na organização e não quer estar sujeito ao seu controle social, ele opta pelo abandono da instituição em que trabalha.

CONCLUSÃO

Todo aquele que queira intervir e participar conscientemente na escola têm de tentar percebê-la. Para isso terá que ter em consideração que toda a organização é uma realidade social que importa compreender. Intervir, gerir ou administrar uma escola é inter-agir com pessoas, situadas num contexto determinado e sujeito a regras de jogo específicas.

Tipos de análise como a que acaba de ser apresentada têm a vantagem de ver as formas de estar nas organizações como comportamentos estratégicos e dinâmicos. Uma pessoa não se situa de uma vez por todas num dos tipos de forma de estar nas organizações. Por um lado as mudanças na escola, e nomeadamente na forma de a gerir pode alterar substancialmente as opções de investimento ou retarimento na participação na escola. Também evoluções da própria pessoa fazem encarar de forma diferente os cálculos de vantagens e custos das várias formas de estar na organização.

C. Alves Pinto

(1) Cf. W.HOY, C.MISKEL, "The school as a social system", in *Educational Administration*, New York, Random House, 1982, pp. 51-76

(2) Sobre a diferença entre acção e comportamento ver R. BOUDON, F. BOURRICOU, *Dictionnaire Critique de Sociologie*, Paris, Puf, pp.1-8

(3) Cf. M. CROZIER, E. FRIEDBERG, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977; Uma apresentação abreviada da abordagem estratégica das organizações pode ser lida no número da revista *POUR* sobre Sociologia das Organizações, da autoria de E.FRIEDBERG.

(4) Cf. "Controle Social" in R. BOUDON, F. BOURRICOU, *op. cit.* pp.119-125.

(5) *Ibid*, p.96

(6) *Ibidem*

(7) G. BAJOIT propõe uma tipologia de reacções individuais ao descontentamento a partir de uma análise às propostas de HIRSCHMAN. Cfr. "Exit, voice, loyalty ... and apathy - les réactions individuelles au mécontentement", *Revue Française de Sociologie*, XXIX, 1988, 325-345.

SALÁRIOS E OUTRAS REIVINDICAÇÕES PARA 1992

- Negociações no âmbito da FESAP -

A FNE negociará, como já vem sendo hábito, a revisão dos salários para 1992, no âmbito da FESAP (Frente de Sindicatos da Administração Pública). Esta frente sindical apresentou em 27 de Novembro o seu caderno reivindicativo ao Governo a fim de se iniciarem as negociações.

Pela primeira vez a FESAP incluiu no seu caderno reivindicativo questões que respeitam a anseios sectoriais.

Divulgamos de seguida as propostas que foram apresentadas e que se referem não só a salários e outras cláusulas remuneratórias, mas também ao pessoal da educação.

- Salários, Segurança Social e pensões:

- Salários e Pensões - *aumento global de 14%* (4% à inflação prevista)
- Subsídio de refeição - *600\$00 (+ 50%)*
- ADSE - *comparticipações iguais às praticadas para o Serviço Nacional de Saúde, que são bastante mais favoráveis. Nas participações não previstas para o Serviço Nacional de Saúde - aumento de 15%.*
- Pensões degradadas - *aumentos extraordinário das pensões anteriores a 1976, pela aplicação do factor 2 e nas pensões de 1976 a 1989, aplicação do factor 1,5.*

- Reivindicações específicas referentes ao Pessoal Docente, a serem negociadas entre a FNE e o ME:

- *Negociação urgente de todas as matérias do Estatuto da Carreira Docente que carecem de regulamentação;*
- *Institucionalização de um verdadeiro sistema de formação contínua que responde às necessidades decorrentes da aplicação do Estatuto da Carreira Docente;*
- *Publicação dos novos vencimentos dos Professores no estrangeiro, já acordadas entre a FNE e o ME;*
- *Negociação dos Estatutos das Carreiras dos Ensinos Universitário e Politécnico.*

- Reivindicações referentes ao pessoal não docente, a serem negociadas entre a FNE e o ME:

- *Revisão de algumas anomalias verificadas com a aplicação do N.S.R., designadamente com a contagem de tempo de serviço prestado na Administração Pública;*
- *Abertura de quadros;*
- *Estabelecimento de um sistema de formação contínua adequado à categoria e funções de cada um dos trabalhadores dos estabelecimentos de ensino.*